



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 20ª (VIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 07 (*sete*) dias do mês de outubro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 20ª (*vigésima*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, Maria de Lourdes Albuquerque de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foram aprovadas as Atas das sessões anteriores. Em seguida, passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2437/2013 – Auto de Infração: 1/201309100. Recorrente: CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVIERA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinária e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a arguição de decadência parcial, relativa aos meses de janeiro a maio de 2008, com base no art. 150, §4º, do CTN** – Foi acatada por voto de desempate do Presidente. Vencidos os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Henrique José leal Jereissati e Maria Elineide de Silva e Souza, que foram contrários à decadência, com base no art. 173, I, do CTN. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, excluindo do levantamento fiscal os meses atingidos pela decadência e acrescentando à base de cálculo a Nota Fiscal de nº 245226. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, no que se refere ao mérito. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tomaz Alcoforado. **Processo de Recurso nº 1/2438/2013 – Auto de Infração: 1/201309103. Recorrente: CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e determinar o **retorno do processo à Célula de Perícias Fiscais e Diligências**, para que se refaça a perícia solicitada pela Câmara, às fls. 1222/1223 dos autos, considerando o valor apontado pela primeira perícia – fls. 1107/1111, conforme detalhado em Despacho a ser elaborado pelo Conselheiro

Relator. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tomaz Alcoforado. **Processo de Recurso nº 1/3585/2013 – Auto de Infração: 1/201313767. Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHOA. Decisão:** Na forma regimental, o Sr. Presidente **sobrestou** o julgamento do processo, acatando as razões apresentadas pelo Conselheiro Relator. **Processo de Restituição nº 1/21/2018 – Auto de Infração: 1/201109994. Recorrente: ATACADÃO S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do CRT resolve, por unanimidade de votos, reconhecer a incompetência do Contencioso Administrativo Tributário para apreciar o pedido de restituição uma vez que não houve pagamento de auto de infração, conforme art. 105 e art. 108, inciso II, do Decreto nº 32.885/2018. Ato contínuo, a 2ª Câmara de Julgamento determinar o retorno do processo à CATRI, para que se manifeste sobre o pedido de restituição. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 08 de outubro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA